

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PAULISTAS NO CONTEXTO DA COVID-19

Eduardo Henrique Moraes Santos¹
Flávia Augusta Santos de Melo Lopes²
José Elson da Silva dos Santos³
Raquel de Oliveira Mendes⁴

RESUMO

O presente trabalho reflete o panorama das iniciativas no campo da assistência alimentar ao estudante no período da pandemia de COVID-19 de três instituições federais de ensino superior paulista: Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal do ABC; e Universidade Federal de São Paulo. Utilizou-se a perspectiva neo-institucionalista como abordagem teórica e interpretativa das políticas públicas, a pesquisa bibliográfica através do Scielo e do portal de periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES - e a pesquisa documental, com destaque aos portais *online* das universidades paulistas e aos editais de seleção discente divulgados entre o período de 2020 e 2021. Como resultado, identificou-se diferentes esforços de reorganização das estratégias de proteção discente frente ao cenário de crise sanitária, incluindo a mudança de modalidade de oferta dos restaurantes universitários e alterações nos auxílios financeiros complementares.

Palavras-chave: Ensino Superior. Assistência Estudantil. Alimentação.

ABSTRACT

The present paper reflects the panorama of initiatives in the field of student food assistance in the period of the COVID-19 pandemic of three federal institutions of higher education in São Paulo: Universidade Federal de São Carlos; Universidade Federal do ABC; and Universidade Federal de São Paulo. The neo-institutionalist perspective was used as a theoretical and interpretative approach to public policies, the bibliographic research through Scielo and the periodical portal of the Coordination for the Improvement of Higher Level Personnel - CAPES - and the documentary research, with emphasis on the online portals of the São Paulo universities and the student selection edicts released between the period of 2020 and 2021. As a result, it was identified different efforts to reorganize the strategies for student protection against the health crisis scenario, including the change of supply modality of university restaurants and changes in complementary financial aid.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais; santos.hm.eduardo@gmail.com.

² Universidade Federal de Alagoas; Doutora em Serviço Social; flavia.augustasm@hotmail.com.

³ Prefeitura do Município de Osasco; Mestre em Serviço Social e Políticas Sociais; elnse@gmail.com.

⁴ Universidade Federal de Sergipe; Mestra em Educação Profissional e Tecnológica; raquelmendes.as@gmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Keywords: Higher Education. Student Assistance. Food.

1 INTRODUÇÃO

Os direitos à educação e à alimentação são indissociáveis. A ligação entre ambos está prevista no ordenamento jurídico brasileiro no art. 208, inciso VII, da Constituição Federal, o qual estabelece que a educação se realizará mediante, dentre outros elementos, à proteção alimentar dos estudantes (BRASIL, 1988). Sem o básico, ou seja, sem comer, não é possível realizar qualquer atividade, como estudar – seja na educação básica ou superior.

No ensino superior, em específico nas universidades federais, há uma trajetória histórica que molda ações de proteção alimentar, enquanto área estratégica da assistência estudantil nacional, instituída através do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES (BRASIL, 2010).

É importante destacar que a assistência estudantil é composta por diversas áreas, como a moradia, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, entre outras, ao lado da alimentação. Todas essas dimensões, em conjunto, oportunizam um padrão de proteção estudantil e possuem íntimas interlocuções. Entretanto, para fins deste trabalho, sem negligenciar ou omitir as demais áreas, mas com a pretensão de avançar na produção do conhecimento, abordaremos especificamente as intervenções institucionais no campo da alimentação.

O assunto ganha relevância ao considerar as consequências sociais da pandemia de COVID-19 que se instalou no Brasil a partir de 2020, aprofundando as vulnerabilidades e desigualdades sociais no país, com destaque para a fome e a insegurança alimentar. As universidades públicas também sofreram impactos desta crise sanitária, afetando diretamente a forma como são ofertados seus serviços para a comunidade atendida, a exemplo dos restaurantes universitários e dos auxílios financeiros complementares, serviço que são oferecidos nos campi das instituições aqui estudadas: Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); a Universidade Federal do ABC (UFABC); e a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

O citado contexto de suspensão do cotidiano e de atravessamentos sanitários vivenciados por essas instituições provocam e colocam em risco a continuidade da oferta de seus serviços e, em consequência, abre um campo de insegurança para os estudantes dessas universidades que, nesse ínterim, continuam dedicando-se aos estudos através da modalidade remota que predominou o país neste período de pandemia.

Vale ressaltar que as universidades federais brasileiras são dotadas de autonomia didático administrativa, o que lhes conferem determinada liberdade para desenvolverem suas ações em consonância com as realidades locais, históricas e políticas em que cada instituição está inserida. A presente interpretação decorre da perspectiva neo-institucionalista, preocupada em analisar o “desempenho de instituições sociais, os processos de tomada de decisões [...] e a elaboração e a execução de políticas públicas” (MIRANDA, 2017), reconhecendo a interação entre os trabalhadores, usuários e suas respectivas instituições mediante a redefinição de suas alternativas políticas.

Metodologicamente, usou-se pesquisa bibliográfica em materiais extraídos do portal de periódico da CAPES e no portal Scielo, e a pesquisa documental nos portais *online* das universidades em questão entre o período de 2020 e 2021, com destaque às circulares e editais de seleção discente para as ações de proteção alimentar vinculadas à assistência estudantil. Os principais descritores utilizados para pesquisar e selecionar o material bibliográfico foram: “assistência estudantil”, “restaurantes universitários”, “auxílios financeiros”, “proteção alimentar” e “COVID-19”.

2 INICIATIVAS DE ATENÇÃO À ALIMENTAÇÃO ESTUDANTIL NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

A criação da assistência estudantil no país não possui uma demarcação temporal exata, sua constituição está atrelada ao surgimento das instituições de ensino superior no Brasil que, em seu turno, envolve conflitos entre os atores sociais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



que possuem interesses diferentes (HALL; TAYLOR, 2003). Partindo deste pressuposto neo-institucionalista, coloca-se em destaque as influências do contexto social, econômico e cultural no desempenho destas instituições (OSTROM, 2006) em prol aos benefícios coletivos.

A trajetória das estratégias de permanência universitária no Brasil revela o conflito social e político acima citado, como é o caso do primeiro registro de manifestações a favor dos direitos estudantis brasileiros em apoio à Casa do Estudante Brasileiro em Paris, em 1928. As características que marcam esse momento são relevantes pois revela aspectos do próprio sistema de ensino superior da época, voltado à classe sociais mais abastadas que tinham condições de, minimamente, enviar seus filhos para estudarem no exterior.

Esse movimento alastrou-se para as instituições brasileiras, tensionando o Estado a provisão de recursos para a permanência destes estudantes. No governo de Getúlio Vargas (1934-1937), bolsas de estudos foram concedidas a estudantes vinculados à prestação de trabalho, em uma perspectiva de permanência não vinculada a um direito social, mas na forma de uma retribuição por prestação de serviços.

Avanços mais significativos neste campo são incorporados progressivamente nas Constituições brasileiras – 1934, 46 e 67 –, incluindo assistência alimentar, médica e odontológica. Este conjunto de ações embrionárias da assistência estudantil eram ofertadas de forma centralizada no governo federal até 1980, por meio do Departamento de Assistência ao Estudante – DAE, característica da ditadura militar de centralização do processo decisório sobre as políticas públicas da época.

Com o enfraquecimento do autoritarismo e a transição entre regimes políticos no país, fechou-se o DAE, descentralizando a oferta de ações voltadas à permanência universitária, porém sem regulamentos ou qualquer tipo de direcionamento nacional. Assim, a assistência estudantil começa a operar nas universidades de forma isolada, por meio de ações pontuais e marcadas por relações clientelistas que impediam a sua consolidação como uma política pública (IMPERATORI, 2017).

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse ínterim, as instituições de ensino superior vivenciam grandes mudanças, desde a reforma universitária realizada no governo do Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI – em 2007, período demarcado pela expansão das vagas universitárias em todo o país, com a criação de pelo menos uma instituição de ensino federal em cada região do Brasil. Posteriormente, com a Lei de Cotas (nº 12.711/2012), diversifica-se o perfil do público universitário, com o ingresso de grupos sociais que, até então, detinha uma tímida presença no ensino superior, o que possibilitou “a chegada de sujeitos sociais com outros saberes e formas de construir o conhecimento acadêmico e com trajetórias de vida bem diferentes do tipo de estudante hegemônico e idealizado” (GOMES, 2017, p. 114).

Essa nova composição universitária altera a dinâmica organizacional na medida em que impulsiona mudança nos padrões culturais das instituições (FLEURY, 2013), incrementando ou ampliando demandas que, até então, não eram consideradas por essas universidades:

As fragilidades econômicas, sociais e educacionais que uma parcela desses estudantes apresenta ao ingressar na universidade, aliadas às formas diversas de exclusão que irão encontrar no meio acadêmico, podem inviabilizar sua permanência e conclusão de seus cursos (MAGALHÃES, 2013, p.72).

As desigualdades e vulnerabilidades socioeconômicas, em condição de desproteção devido o sucateamento de outras políticas públicas e sociais, intensificam o cenário de “Top-Down” (MATLAND, 1995), impondo condições de sobrecarga aos programas e serviços de assistência estudantil das universidades.

Esse lugar de destaque na agenda pública é fundamentado pela visibilidade política por via da demanda social e pressão pública, evidenciando a relações entre indivíduos e instituições (MIRANDA, 2017), o que justifica novas tomadas de decisões (KINGDON, 2006) como a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES – diante a efervescência do debate por uma regulamentação das estratégias de permanência universitária em nível nacional no início da década de 2010, com

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



protagonismo ao Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assistência Estudantil – FONAPRACE.

Com o PNAES, instituído por meio de um decreto governamental, as políticas institucionais passam a ter apoio financeiro por parte da União, e direciona as instituições na implementação e oferta de suas ações ao instituir áreas prioritárias para a assistência estudantil brasileira:

As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I- moradia estudantil; **II- alimentação**; III- transporte; IV- atenção à saúde; V- inclusão digital; VI- cultura; VII- esporte; VIII- creche; apoio pedagógico; e X- acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação (BRASIL, 2010, *grifo nosso*).

Nota-se que a alimentação é destacada como uma das primeiras áreas estratégicas para a assistência estudantil nacional. Segundo Santos (2020), todas as universidades federais hoje ofertam pelo menos uma ação na área, os restaurantes universitários (RU) é a estratégia de proteção alimentar universitária com maior adesão no país, sendo ofertada antes mesmo da promulgação do PNAES:

A “implantação” de Restaurantes Universitários (os antigos “bandejões”), por exemplo, não é novidade alguma. Na verdade, trata-se de vender gato velhíssimo como lebre nova para quem entra hoje, na universidade, **desconhecendo que, em um passado não muito remoto, na quase totalidade das universidades públicas brasileiras, era essa a regra.** Mas falta ainda perceber que esses “novos bandejões” serão completamente terceirizados, o que, no mínimo, não só irá tirar o emprego de muitos concursados remanescentes (LEITE, 2012, p. 463-464, *grifo nosso*).

O primeiro restaurante estudantil foi criado no Brasil pela União Nacional de Estudantes (UNE), em 1942, que funcionou na própria sede da organização, demonstrando a presença da organização dos universitários nas pautas do direito à alimentação e, deste modo, na permanência estudantil (POERNER, 1995).

Percebe-se que a oferta destes serviços é decorrente do contexto de ampliação e diversificação do acesso ao ensino superior, da crescente demanda por ações de permanência universitária e pelo tensionamento político histórico diante ao tema.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Entretanto, há desafios no aspecto financeiro, uma vez que o PNAES limita o uso de seus recursos à discentes de até um salário-mínimo e meio (BRASIL, 2010), e segundo Santos (2020), todos os RUs das universidades na atualidade são de livre acesso para toda a comunidade acadêmica.

Devido a esse recorte de público, esses restaurantes não podem ser financiados pelo PNAES, exigindo que as instituições subsidiem por conta própria parte dos valores destas refeições visando barateá-las e, assim, viabilizar o acesso generalizado às estratégias de proteção alimentar.

Porém, as universidades vivenciam na contemporaneidade profundas restrições e falta de flexibilidade orçamentárias, prejudicando essas instituições na gestão de casos e situações emergenciais e urgentes, a exemplo da pandemia da Covid-19 (FLORES, CAMARGO, PETRI, 2022). Neste contexto, destaca-se as investidas neoliberais no orçamento público para as ações sociais, a exemplo da assistência estudantil que, ao longo dos anos, enfrentam uma retração no investimento. Para os mencionados autores, essa “não é solução para o equilíbrio de contas públicas, e sim um verdadeiro retrocesso social” (MARTINS, JUNIOR, RODRIGUES, 2019, p. 161).

De outro modo, mesmo que a instituição ofereça refeições a baixo custo, o valor médio de acesso aos RUs no Brasil em 2020 é de R \$2,77 (SANTOS E., 2020), qualquer cobrança ainda pode ser um limitante ao acesso, especialmente àqueles que não possuem nenhuma fonte de renda para sua manutenção. Assim, as universidades realizam análises socioeconômicas de estudantes para a inclusão em programas de auxílios financeiros com os recursos do PNAES, voltados à aquisição de alimentos e/ou isenções de tarifa no acesso aos RUs.

É interessante notar que a estratégia acima citada viabiliza a manutenção da ampla cobertura dos restaurantes e oferece proteção específica para discentes em vulnerabilidade socioeconômica, entretanto, consome parte considerável do limitado recurso disponível para a instituição a ser utilizado com a permanência estudantil (MARTINS, JUNIOR, RODRIGUES, 2019).

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Observa-se, portanto, as fortes implicações do contexto social e econômico em relação ao desempenho das universidades de ensino superior federais perante a formulação e execução de políticas institucionais de promoção à permanência estudantil, com destaque às ações de proteção alimentar, e os desafios enfrentados para assegurar sua oferta a nível nacional.

3 O DIREITO À ALIMENTAÇÃO NAS UNIVERSIDADES FEDERAIS PAULISTAS NO CONTEXTO DA COVID-19

Entende-se que, respaldadas pela autonomia universitária, as instituições desenvolveram alternativas próprias, considerando os elementos específicos que mediam interna e externamente as suas ações. O presente tópico explora os detalhes dessa dinâmica sob as ações de proteção alimentar nas universidades aqui selecionadas, visando construir um panorama destas estratégias no estado de São Paulo.

No contexto das universidades paulistas, a UNIFESP, a UFABC e a UFSCar assemelham-se não apenas em sua condição administrativa, sendo instituições de ensino superior federais, mas também por suas localizações geográficas e estruturais, sendo universidades multicampi e com corpo estudantil numericamente próximas.

No âmbito de suas políticas institucionais para a assistência estudantil, por outro lado, há diferentes ofertas, como é o exemplo da moradia estudantil da UFSCar, estrutura que não está presente nas demais universidades aqui pesquisadas, ou ainda o serviço de saúde estudantil ampliado (SANTOS et. al., 2021), ou seja, com equipe de saúde multiprofissional e estrutura de atendimento própria, presentes apenas na UFSCar e UNIFESP.

Porém, em relação a alimentação, as três universidades deste estudo ofertam o serviço de restaurante universitário em todos os seus campi. A UNIFESP por ser a universidade com maior número de campi, seis, é a que também possui mais

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



restaurantes, seguida pela UFSCar e UFABC, com três e dois campi/restaurantes universitários, respectivamente.

A característica acima mencionada chama a atenção para a distribuição e cobertura territorial das citadas universidades, o que complexifica análise dos ambientes sociais, econômicos, culturais e políticos na formulação de suas respectivas políticas institucionais (OSTROM, 2006). Pautado por essa compreensão, exemplifica-se os diferentes valores dos restaurantes dessas universidades, por exemplo: a UFSCar que, ao mesmo tempo, apresenta o menor (R\$ 1,80) e o maior (R\$ 4,20) valor para o acesso a esse serviço, pois o preço muda entre seus campi.

Por outro lado, considerando que o processo decisório sobre as políticas institucionais perpassa por diferentes interesses/preferências e, ao mesmo tempo, também é mediado por processos institucionais e locais de socialização (SOUZA, 2006), as demais universidades optaram por seguir outros caminhos: (1) seja na organização, com a UNIFESP e UFABC ao padronizarem o mesmo valor em cada instituição para todos os seus campi; (2) seja no montante desse valor, ao estipular R\$ 2,50 e R\$ 3,44, respectivamente, para que os discentes de cada instituição possam pagar pela refeição no restaurante universitário.

Entende-se que o valor das refeições destes restaurantes é um dos determinantes para o acesso ou não da comunidade à política de alimentação local, sendo o RU uma pauta recorrente nos protestos estudantis, como vimos no bloco anterior, o que ressalta o entendimento de que as pressões políticas “são cruciais para a sobrevivência e sucesso de uma ideia e para colocar o problema na agenda pública” (SOUZA, 2006, p. 32) provocando a interação política entre os dirigentes e o público dessas instituições (OSTROM, 2006), destacando o protagonismo discente e suas pressões políticas para, neste exemplo dos restaurantes universitários, a criação de isenção de taxas de estudantes em vulnerabilidade socioeconômica para o acesso aos RUs, estratégia adotada somente pela UFABC e UFSCar.

É neste citado enredo de mediações institucionais que, no contexto de pandemia de COVID-19 e, em consequência disso, a necessidade de maior regulação

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



da oferta presencial dos serviços universitários, que as instituições paulistas tomaram diferentes decisões em relação aos seus restaurantes universitários e aos auxílios financeiros complementares.

Em relação ao funcionamento dos RUs no período de pandemia, a UFSCar readequou sua oferta em função da proteção alimentar estudantil, substituindo a refeição no local/cantina por concessão de marmitas, especialmente àqueles que continuaram residindo na moradia desta universidade. A UNIFESP inicialmente suspendeu o funcionamento em todos os seus restaurantes, reabrindo posteriormente apenas o RU que oferece suporte aos estudantes e trabalhadores vinculados ao hospital universitário que continuou com atividades presenciais. A UFABC foi a única entre essas três instituições que suspendeu toda a atividade relacionada ao restaurante universitário ao longo de 2020 e 2021.

Por outro, em relação aos auxílios financeiros específicos para subsidiar a alimentação, as três universidades aqui pesquisadas passaram a adotar tal estratégia. Antes da pandemia, o programa de auxílios já existia nestas instituições, porém voltados para outras áreas ou estruturados de forma generalistas - como o caso da UNIFESP. Com o reordenamento dos restaurantes universitários, a concessão de recursos diretos aos estudantes e específico para a alimentação passa a ser uma alternativa estratégica para contornar o atual cenário.

O citado movimento de adequação ao contexto fundamenta-se na capacidade institucional de agir e organizar-se “de acordo com regras e práticas socialmente construídas, conhecidas antecipadamente e aceitas” (MARCH; OLSEN, 1995, p. 28-29), quando as universidades partem de ferramentas que já possuem, e as ampliam em razão da necessidade expressada pela realidade social e sanitária.

Assim, da mesma forma em se estabeleceram diferentes valores para o acesso dos restaurantes universitários, os valores dos novos auxílios alimentação também passaram por mediações dos sujeitos que compõem estas instituições e a realidade destes territórios e, portanto, apresentando diferenças para cada instituição. A UFSCar determinou a oferta de R\$ 365.36 mensais, a UFABC delimitou R\$ 539,95

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

mensais, referenciando-se no valor da cesta básica na cidade de São Paulo no mês de agosto de 2020, enquanto a UNIFESP não criou uma modalidade específica para a alimentação, mas acrescentou R\$ 100,00 no montante do recurso que já era oferecido pelo programa de auxílio financeiro da instituição.

Vale ressaltar que a organização do programa de auxílios da UNIFESP apresenta uma particularidade em relação às demais instituições aqui mencionadas, pois não dispõem os auxílios em modalidades inspiradas nas áreas estratégicas do PNAES, mas estipula um valor mínimo (R\$ 160,00) e máximo (R\$ 746,00) a ser ofertado, de acordo com o grau de vulnerabilidade socioeconômica do estudante. Portanto, não é possível afirmar que, em relação ao valor total ofertado aos discentes, há uma desvantagem desta instituição em relação às demais.

Nesse íterim, no campo da proteção alimentar para além dos restaurantes e dos auxílios financeiros, ressalta-se a realização de parceria interinstitucional entre duas instituições, a UNIFESP e UFABC que, em ação conjunta o Ministério Público do Trabalho para Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas e Quilombolas - Rede PROINQUI, disponibilizaram 400 cestas básicas por instituição aos estudantes universitários:

Com os recursos realocados do Projeto Universidade Multicultural: A inclusão de indígenas e quilombolas e a emancipação da trabalhadora doméstica, no intuito de atender, em caráter emergencial e complementar, estudantes que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica (UNIFESP, 2020).

A cooperação entre universidades federais e outros órgãos em prol à permanência universitária é um marco para o território paulista, sobretudo em um contexto de pandemia, reforçando a capacidade institucional de articular estratégias em seu meio/rede.

O quadro 1 a seguir sintetiza o cenário das estratégias de proteção alimentar estudantil vinculadas às políticas institucionais de assistência ao discente nas universidades federais presentes no estado de São Paulo, considerando a pandemia

PROMOÇÃO



APOIO

como um fator determinante nas relações sociais e políticas desta região e destas instituições, implicando na reorganização de suas políticas:

Quadro 1 - Atenção à alimentação nas universidades federais paulistas antes e durante a pandemia de COVID-19

IFES	Antes da pandemia	Durante a pandemia
UNIFESP	a. Há restaurantes universitários em todos os campi da instituição; b. Não se adotava o auxílio na modalidade específica alimentação; c. Adotava-se o auxílio de modalidade única, que incorpora a área de alimentação.	a. Seis dos restaurantes tiveram seus serviços suspensos, o sétimo retomou o funcionamento; b. Cria uma modalidade temporária de auxílio emergencial institucional; c. Distribuição de cestas básicas, estratégia em conjunto com a UFABC.
UFABC	a. Há restaurantes universitários em todos os campi da instituição; b. Não se adotava o auxílio na modalidade alimentação.	a. Os dois restaurantes tiveram seus serviços suspensos; b. Adotou-se o auxílio na modalidade alimentação; c. Distribuição de cestas básicas, estratégia em conjunto com a UNIFESP.
UFSCAR	c. Há restaurantes universitários em todos os campi da instituição; a. Não se adotava o auxílio na modalidade alimentação.	a. Suspenderam e, após, retomaram o funcionamento dos restaurantes, oferecendo marmitas; b. Adotou-se o auxílio na modalidade alimentação, como alternativa ao uso do restaurante na pandemia; c. Não foi identificada distribuição de cestas básicas ou outras estratégias aos discentes.

Fonte: elaborado pelos autores

Verifica-se que o movimento realizado pelas três universidades segue a mesma lógica de combinar um conjunto de ações alternativas de modo a cobrir um desfalque na estratégia de proteção alimentar causada pela limitação do uso dos restaurantes universitários devido ao contexto sanitário, encontrando “meios para se adaptar a todas as mudanças do seu entorno, que podem ocasionar mudanças institucionais” (MIRANDA, 2017, p. 66).

Deste modo, as universidades veem-se provocadas a reestruturar suas ações na medida em que as demandas sociais de sua comunidade se intensificam e, com isto, pressionam a interação política local, viabilizando o reordenamento institucional. Assim, diante do contexto de ameaça à segurança alimentar e, conseqüentemente, de evasão do público-alvo das mencionadas instituições de ensino, as universidades

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

paulistas ampliaram seus repertórios de estratégias da assistência estudantil, de modo a assegurar a continuidade de oferta de ações de promoção à permanência universitária.

4 CONCLUSÃO

As universidades federais brasileiras são instituições que têm como princípio a oferta da educação superior gratuita como direito da população e, por esta razão, estão intimamente vinculadas ao cotidiano dessa sociedade. O contexto de pandemia de COVID-19 causou diversos impactos sociais e econômicos que, devido a esta íntima relação entre sociedade e universidade, as instituições de ensino superior públicas estiveram totalmente envolvidas e, portanto, impactadas pelo mencionado cenário de crise sanitária.

Os atores que diretamente compõem e estruturam essas universidades no seu dia a dia, professores, técnico administrativos e, principalmente os estudantes, que são o público alvo das universidades, também vivenciaram em conjunto com suas famílias os impactos da COVID-19. Essa realidade, exigiu adequações na interação entre si e seus respectivos contextos locais mediante as novas necessidades, como o distanciamento social, e o aprofundamento dos riscos sociais, a exemplo da fome e da insegurança alimentar em nossa sociedade.

Frente ao contexto de aprofundamento das desigualdades sociais contemporâneas, a insuficiência de respostas sociais do governo federal e a precarização em curso das políticas sociais nacionais demarcam a sobrecarga das estratégias de assistência estudantil das instituições aqui pesquisadas que, em seu turno, esforçam-se para garantir a permanência universitária em cada contexto local através de recursos também contingenciados.

As propostas implementadas pelas universidades brasileiras, reformularam suas estratégias ao dispor diferentes modalidades de ações consolidadas por essas instituições, como o restaurante universitário e os auxílios financeiros

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



complementares. A ampliação do escopo de estratégias para a promoção da permanência estudantil caracterizou o território paulista neste cenário de pandemia da COVID-19, marcado por cooperações interinstitucionais e o reordenamento de recursos e serviços em razão da proteção estudantil.

Assim, reflete-se que a atual crise sanitária destaca os novos e antigos desafios no âmbito da permanência no ensino superior e que as instituições aqui pesquisadas se apresentam em um movimento de constante reformulação diante a dinâmica da realidade social a qual estão inseridas. A ampliação e fortalecimento da assistência estudantil é histórica e perpassa outras políticas públicas, um debate que precisa ser expandido em diversos âmbitos, como na produção acadêmica, nos movimentos sociais, nas instituições do Estado e com todos os atores que compõem a sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 11346, de 15 de junho de 2006.** Cria o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988,** de 5 de outubro de 1988. Brasília: D.O.U., 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília: D.O.U., 2010.

FLORES, M. G.; CAMARGO, A. da S.; PETRI, S. M. Os efeitos da pandemia da COVID-19 no orçamento da Universidade Federal de Santa Catarina. **Anais do II Seminário Catarinense de estudantes de Ciências Contábeis.** 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/237158/Artrigo%20Marcio.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acessado em: 17 set. 2022.

FLEURY, M. T. L. A cultura da qualidade ou a qualidade da mudança. In: FERRETTI, Celso João et al. (Orgs.). **Novas tecnologias, trabalho e educação:** um debate multidisciplinar. 16. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GOMES, N. L. **O movimento negro educador: saberes construídos nas lutas por emancipação.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 A 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Revista Lua Nova**, São Paulo, n. 58, p. 194-223, 2003.

IMPERATORI, T. K. A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. In: **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 129, p. 285-303, maio/ago. 2017.

KINGDON, J. W. Como chega a hora de uma ideia? In: Saravia, Enrique e Ferrarezi, Elisabete (org.). **Políticas públicas: coletânea**. Brasília: ENAP, 2006. V. 1. p. 219-225.

LEITE, J. L. Política de Assistência Estudantil: Direito da carência ou carência de direitos? **Revista Ser Social**, Brasília, v. 14, n. 31, p. 453-472, 2012.

MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. **Rediscovering institutions**. New York: Free Press, 1989.

MARTINS, P. F. M.; JUNIOR, C. A. M. A.; RODRIGUES, J. A. Orçamento público para financiamento da assistência estudantil no ensino superior sob a perspectiva do direito humano fundamental à educação. In: **Argumentos**, vol. 16, n. 2, jul./dez. 2019.

MAGALHÃES, R. P. **Assistência Estudantil e o seu papel na Permanência dos Estudantes de Graduação**: a experiência da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, PUC- Rio, Rio de Janeiro, 2013.

MATLAND, R. Synthesizing the Implementation Literature: the ambiguity-conflict model of policy implementation. **Journal of Public Administration Research and Theory**, 5(2), p. 145-174, 1995.

MIRANDA, R. de S. Uma revisão de literatura sobre o neoinstitucionalismo e a avaliação do desempenho de instituições sociais. **Estação Científica**, [S. l.], p. 59-75, 16 ago. 2017.

OSTROM. **Understanding institutional diversity**. Princeton, Princeton University Press, 2006.

POERNER, A. J. O poder jovem: História da participação política dos estudantes brasileiros. 4 ed. São Paulo: **Centro de memória da juventude**, 1995.

SANTOS, E. H. M. **As configurações da assistência estudantil no Brasil**: o cenário do PNAES. 2020. 170 f. Dissertação (Mestrado) - Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais, Unifesp, Santos, 2020.

SANTOS, E. H. M., Mendes, R. de O., Moreira, A. C. G. da S. S., & Santos, C. K. dos. (2021). A assistência estudantil e a covid-19: o contexto das universidades federais paulistas. **Serviço Social Em Perspectiva**, 5(02), 106–134.

SOUZA, C. Políticas Públicas. Uma revisão da literatura, **Revista Sociologias**. Porto Alegre, p. 20-45, 18 jul. 2006.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



UNIFESP - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. **Chamada de interesse para recebimento de cesta básica** - Estudantes PAPE / PBP e Auxílio Emergencial COVID-19. São Paulo: UNIFESP, 2020. Disponível em: <https://www.unifesp.br/reitoria/prae/editais/editais/cestas-basicas-pape-pbp-e-auxilio-emergencial/fechado>. Acesso em: 29 mar. 2021.

PROMOÇÃO



APOIO

